

INTERNACIONALIZAÇÃO

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

PANORAMA
2019



CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

© 2021 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (CONIF)

Presidente

Jadir José Pela

CÂMARA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenador Jefferson Manhães de Azevedo

ASSESSORIA INTERNACIONAL DO CONIF

Assessora de Relações Internacionais

Ana Carolina Oliveira Batista

Coordenador de Relações Internacionais

João Paulo Rotelli

FÓRUM DE ASSESSORES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CONIF (FORINTER)

SCS, quadra 2, bloco D, Edifício Oscar Niemeyer
térreo, lojas 2 e 3, Brasília – DF



CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

1. Contextualização

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica adota como **orientação** o conceito de internacionalização como “o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural e global aos propósitos, funções e oferta da educação, buscando incrementar a qualidade da educação e da pesquisa” (de Wit, Hunter, Howard, y Egron-Polak, 2015, p. 283)

Faz-se relevante entender que a internacionalização deve considerar o diálogo entre o ensino, pesquisa e extensão de que modo que o processo seja efetivamente institucional.

Além disso, o Conif acompanha o entendimento da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES), que pontua que a “internacionalização se constitui em uma ferramenta chave para transformar a educação superior, fortalecer suas comunidades e promover a qualidade e pertinência do ensino, da pesquisa e da extensão. Favorece a formação de cidadãos e profissionais, respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com o entendimento intercultural, a cultura da paz e com a capacidade para conviver e trabalhar em comunidade local e mundial” (Declaração III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe)

Nesse contexto, o Conif tem atuado estrategicamente de modo a solidificar a Rede Federal no cenário internacional e a favorecer um processo de internacionalização sustentável. Abaixo estão listadas as principais linhas de ação:

1.1 Formação continuada de servidores e gestores

De modo a preparar os servidores que estão à frente dos escritórios de relações internacionais, o Conif e o IFPR propuseram uma especialização em gestão em relações internacionais. O programa piloto é ofertado na modalidade à distância para todas as instituições da Rede Federal. As atividades foram iniciadas em 2019 e seguem até 2021.

Ainda na perspectiva da formação, o Conselho viabiliza a participação de reitores e/ou pró-reitores em conferências e seminários que abordam questões relacionadas à gestão e internacionalização da educação profissional.

Além disso, o Conif tem promovido uma série de webinars com fins de apresentar temas discutidos mundialmente, de promover intercâmbio de boas práticas entre professores, técnicos, gestores e estudantes de diferentes países, bem como de possibilitar a prospecção de parceiros internacionais.

1.2 Atuação em Organizações e Fóruns Internacionais

Com a visão de “ser reconhecido nacional e internacionalmente como articulador da educação profissional, científica e tecnológica inovadora e inclusiva” e com fins de apresentar o modelo de verticalização implementado na Rede Federal, o Conif tem atuado junto à importantes Organismos e fóruns internacionais, conforme o que segue:

- Centro UNESCO-UNEVOC
- Organização Universitária Interamericana (OUI);
- Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI);
- Colleges and Institutes Canadá (Cican);
- Federação Mundial de *Colleges* e Institutos Politécnicos (WFCP);
- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP);
- Associação Nacional das Universidades Tecnológicas do México (Anut);

1.3 Apoio e promoção de ações de internacionalização em Rede

Considerada a capilaridade, potencial e diversidade da Rede Federal, o Conif entende primordial o envolvimento coletivo em iniciativas de internacionalização. As instituições da Rede são convidadas a participar das ações nas etapas de concepção, implementação e avaliação.

Como exemplo destacamos o Projeto LAPASSION e a Ação Simplificada para a Formação de Formadores Moçambicanos.

1.4 Editais para promoção do intercâmbio acadêmico e cultural

O Conif, sob coordenação da câmara de relações internacionais, lançou edital para seleção de estudantes da Rede Federal para o Programa Sakura Science. O objetivo deste programa é promover intercâmbio de curta duração (7 dias) para estudantes brasileiros na área de ciência e tecnologia avançada, desenvolvidas no Japão, por meio de visitas a centros de pesquisa e universidades daquele país, participação em aulas especiais com ganhadores de prêmio Nobel, visita à embaixada do país de origem no Japão, entre outras atividades junto a estudantes do ensino médio japoneses e de outros países participantes. Os dez estudantes selecionados embarcam em novembro.

O Programa de Bolsas Canadá-Brasil e o Programa de Mobilidade Canadá-Brasil é dedicado aos estudantes brasileiros das instituições federais de todo o país que estejam dispostos a aperfeiçoar seu inglês ou francês e estudar em institutos e *colleges* canadenses. Desde 2016 são concedidas bolsas para estudantes das cinco regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul).

Em junho de 2018, dois estudantes da Rede Federal foram selecionados para participar do programa *Seeds for the Future* – da empresa chinesa de telecomunicação Huawei, que tem como um de seus parceiros o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

1.5 Interlocução com agentes nacionais

Para além dos parceiros internacionais (incluídos aqueles que atuam com escritórios no Brasil), o Conif promove uma interlocução com relevantes agentes nacionais em prol da internacionalização:

- Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
- Secretaria de Políticas para as Mulheres
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC)

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq)
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

1.6 Ensino de idiomas

Embora o ensino de idiomas não seja o fim do Conselho, há a compreensão de que a língua é uma ferramenta essencial ao processo de internacionalização. Nesse sentido, pra além das proposições apresentadas ao Ministério da Educação, o Conif tem atuado no sentido de possibilitar a vinda de professores/leitores às instituições da Rede e de fortalecer a cooperação com Embaixadas e instituições que poderão auxiliar esse processo.

- Programa de Leitores Franceses;
- Acesso ao programa de formação continuada para professores de espanhol da Embaixada da Espanha;
- Apresentação de proposta de programa de leitorado à Embaixada da Espanha;
- Apresentação de proposta de programa de leitorado à instituições canadenses.

1.7 Levantamento e sistematização de dados

Para além das iniciativas mencionadas acima, o Conif iniciou a coleta e sistematização de dados sobre a internacionalização. O objetivo é coletar informações acerca do processo de internacionalização nas instituições da Rede para subsidiar as ações do Conselho. O primeiro levantamento foi realizado em 2016 e repetido em 2019. Os resultados da referida pesquisa, objeto principal deste documento, são apresentados abaixo:

2. Panorama da Internacionalização – edição 2019

As instituições que compõe o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram convidadas a participar do levantamento de dados sobre o processo de internacionalização por meio de e-mail enviado às assessorias internacionais em maio de 2019. Os representantes das instituições tiveram seis meses para completar o formulário. A pesquisa compreende os anos de 2017 e 2018.

As perguntas foram organizadas em sete eixos:

- 1- Identificação da instituição
- 2- Perfil da assessoria
- 3- Prioridades e parceiros institucionais
- 4- Mobilidade (in e out)
- 5- Pesquisa e extensão
- 6- Idiomas
- 7- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Além disso, as instituições foram convidadas a preencher planilhas com informações específicas sobre acordos e ações de mobilidade.

3. Respondentes

Das 41 instituições consultadas, 31 responderam a pesquisa conforme relação abaixo:

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Instituto Federal Sul rio-grandense
Instituto Federal do Amazonas
Instituto Federal Baiano
Instituto Federal Catarinense
Instituto Federal da Bahia
Instituto Federal da Paraíba
Instituto Federal de Alagoas
Instituto Federal de Brasília
Instituto Federal de Goiás
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Instituto Federal de Minas Gerais
Instituto Federal de Pernambuco

Instituto Federal de Rondônia
Instituto Federal de Santa Catarina
Instituto Federal de Sergipe
Instituto Federal de Tocantins
Instituto Federal do Amapá
Instituto Federal do Ceará
Instituto Federal do Maranhão
Instituto Federal do Mato Grosso
Instituto Federal do Pará
Instituto Federal do Paraná
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Instituto Federal do Sertão Pernambucano
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
Instituto Federal Farroupilha
Instituto Federal Fluminense

4. Apresentação dos dados

4.1 Identificação das Instituições

O item teve por objetivo identificar o público atendido pela assessoria, o número de servidores que compõe a equipe, suas competências, bem como a institucionalidade de suas ações, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e outros documentos norteadores ou regulatórios.

É importante ressaltar que a inclusão da temática nos documentos regulatórios da instituição permitirá dentre outras coisas o monitoramento e avaliação das ações, além do estabelecimento de uma estrutura de gestão.

4.1.1 Composição da equipe

Das instituições respondentes, 14 afirmaram contar com um servidor; 12 delas contam com dois servidores. Outras quatro afirmaram contar com cinco componentes em suas equipes. Em apenas uma instituição há 6 ou mais colaboradores. Nesse contexto e consideradas todas as competências dos assessores/secretários/diretores de relações internacionais, que na maioria dos casos acumula as funções de sala de aula, o número de servidores é insuficiente para o pleno desempenho das atividades.

No que diz respeito ao organograma institucional, em 18 instituições, a assessoria está vinculada ao gabinete do reitor ou diretor. Em 11 instituições a assessoria está vinculada à Pró-reitoria de extensão, enquanto em outras 2, estão vinculadas à Pró-Reitoria de articulação institucional.

4.1.2 Público atendido pela assessoria internacional

No que diz respeito ao público atendido pelas assessorias há um equilíbrio na Rede, sendo os estudantes, professores e técnicos administrativos os maiores demandantes.

4.1.3 Competências da assessoria internacional

Dentre as principais atividades desempenhadas pelo assessor das instituições da Rede destacam-se:

- prospecção de parceiros internacionais
- gestão de programas de mobilidade acadêmica
- elaboração de documentos
- gestão de projetos
- gestão de procedimentos necessários à viagens internacionais
- gestão de programas de idiomas

4.1.4 Documentos regulatórios e/ou de orientação

a. Previsão das ações da assessoria no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Consideradas as 31 instituições respondentes, (i) 25 declararam que as ações da assessoria internacional estão previstas no PDI, (ii) 6 declararam que as ações não estão previstas no PDI, enquanto outras duas não souberam informar.

b. Existência de política de internacionalização ou documento similar

Quando consultadas sobre a existência de políticas de internacionalização, (i) 14 instituições responderam positivamente; (ii) 15 instituições responderam negativamente e (iii) 2 não souberam informar.

c. Existência de planejamento estratégico

No que diz respeito ao planejamento estratégico, (i) 23 responderam contar com o documento, (ii) 6 não possuem o documento e (iii) 2 não souberam informar.

4.1.5 Interlocução com outros setores da instituição

A interlocução com os diversos setores que compõem a instituição é de fundamental relevância para a convergência de esforços, sustentabilidade e institucionalidade das ações. No que diz respeito à interlocução com a reitoria, apenas 3 instituições responderam negativamente. O quadro é semelhante no que diz respeito ao contato/comunicação com pró-reitores e diretores: apenas 2 instituições afirmaram ter dificuldade.

4.1.6 Envolvimento da assessoria internacional em outras ações implementadas na instituição

Considerada a relevância da institucionalidade do processo de internacionalização, recomenda-se que as assessorias internacionais sejam envolvidas em todas as atividades da instituição que possam resultar em ação/programa/projeto de internacionalização/cooperação/intercâmbio, etc.

No levantamento realizado, (i) 20 assessores declararam que são envolvidos em todas as iniciativas da instituição, (ii) 8 declararam não haver o envolvimento, enquanto (iii) 3 não souberam informar.

4.1.7 Prioridades e parceiros estratégicos

De modo que as articulações do Conif estejam alinhadas à realidade da Rede, as instituições foram consultadas acerca dos eixos e países prioritários para as ações de internacionalização.

4.1.7.1 Países prioritários

Quando consultados sobre os parceiros prioritários para a cooperação, os seguintes 9 países foram citados com maior frequência:

Posição	País	Número de instituições interessadas
1	Portugal	31
2	Canadá	16
3	França	15
	Estados Unidos	
4	Argentina	13
	Espanha	
5	Colômbia	7
6	Chile	6
7	Alemanha	4
	Uruguai	

8	Bolívia	3
	Paraguai	
	Reino Unido	
	México	
	Finlândia	
9	Guiana Francesa	2
	Austrália	

4.1.7.2 Ações ou políticas prioritárias

Dentre as respostas apresentadas pelas 31 instituições, as três seguintes foram apresentadas com maior frequência:

- a) mobilidade discente e docente;
- b) promoção de pesquisas conjuntas;
- c) fortalecimento do ensino de idiomas.

4.1.7.3 Financiamento

Quando consultadas sobre o acesso ao financiamento externo (i) 13 instituições afirmaram se valer da estratégia, (ii) 16 não acessam o financiamento externo, e (iii) 2 não souberam informar.

Para além da Capes e do CNPQ, dentre as instituições apresentadas como financiadoras destacam-se:

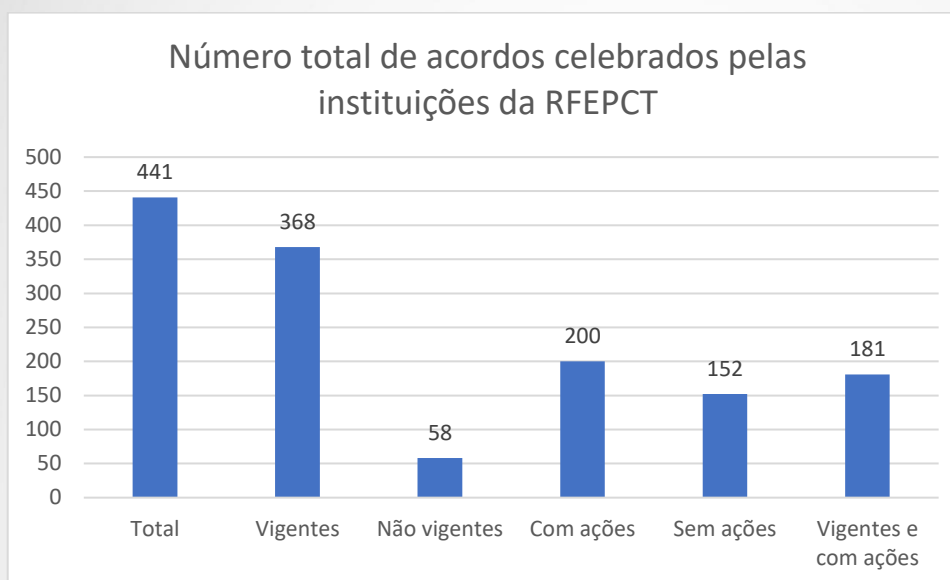
- AFS Intercultura
- Cambridge Press
- Education USA
- Embaixada do Reino Unido
- Fulbright
- Fundações
- Liaison America
- *Partners of America*
- Rotary Club
- *Santander Universidades*

4.2 Acordos

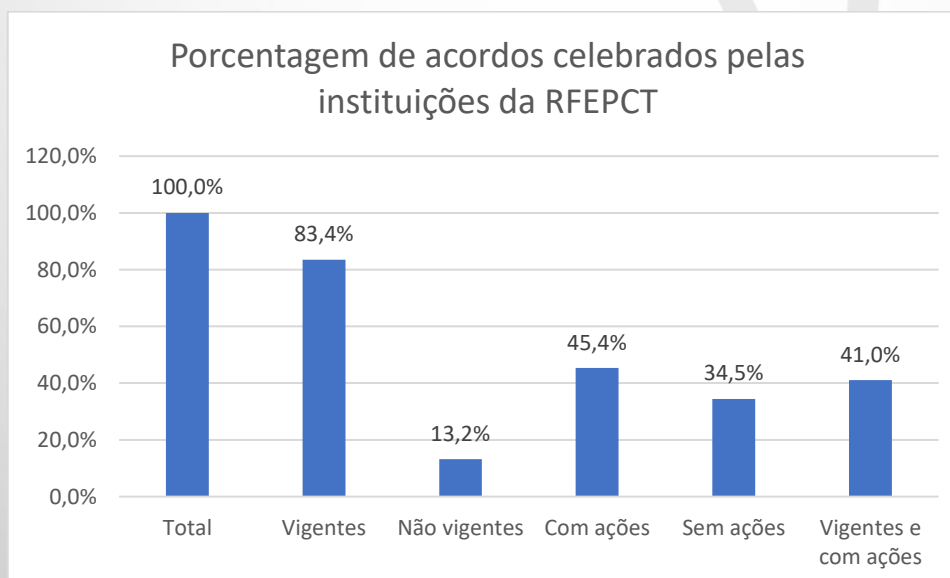
Em relação aos acordos de cooperação firmados, foram mencionados 45 países com cujas instituições as integrantes da Rede Federal possuem acordos firmados: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Benin, Bolívia, Cabo Verde, Camarões, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Marrocos, México, Moçambique, Noruega, Países Baixos, Panamá,

Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Sudão, Suécia, Suíça, Suriname, Ucrânia e Uruguai.

Somando os acordos, tem-se o total de 441 parcerias, das quais 83,4% (368) estão vigentes. No entanto, quando se analisa quais dos acordos resultaram em iniciativas concretas, somente 45,4% (200), possuem ações efetivamente implementadas. Esse número reduz para 41,0% (181), quando considerados os instrumentos vigentes que possuem ações realizadas.



Além disso, quando considerados o número de acordos firmados por país, nota-se o predomínio de dos seguintes países: com Portugal foram assinados 126 instrumentos de cooperação; com Canadá e Espanha, 44 cada; com Argentina, 26; com Estados Unidos, 25; com França, 21; Alemanha, 17; Colômbia, 16; Itália, 12; Chile, 10. Efetivamente implementados, contudo, o rol modifica-se: Portugal, 64; Canadá, 25; Espanha, 13; Estados Unidos, 12; França e Alemanha, 11; Argentina, 10; Colômbia, 8; e, por fim, Finlândia e Itália, 5.



De todo modo, o norte global (Europa e América do Norte) ainda são regiões prioritárias para a cooperação educacional da Rede Federal. A tradicional parceria com Portugal, facilitada pela questão do idioma, é um dos motivos para esse desequilíbrio, mas, ainda assim, existe espaço para que oportunidades na América Latina e na África, principalmente com os PALOPs, sejam melhor aproveitadas.

Os números apresentados informam também que, apesar de gradativamente superada, por muito tempo predominou a cultura na Rede Federal de que internacionalização é medida pela quantidade de acordos firmados, ainda que não necessariamente esses documentos resultassem iniciativas reais.

Por fim, é importante destacar que algumas instituições possuem acordos com organizações internacionais (com ou sem fins lucrativos), totalizando 13 acordos vigentes, sendo que 76,9%, ou seja, 10 dos instrumentos celebrados possuem ações efetivamente implementadas.

Quando consultadas sobre os desafios para implementação dos acordos, das 31 instituições respondentes:

- 31 instituições destacaram os recursos orçamentários;
- 18 instituições apontaram o envolvimento da comunidade acadêmica;
- 13 instituições ressaltaram a identificação de estratégias comuns com o parceiro, bem como a compreensão sobre as características da instituição brasileira;
- 12 instituições mencionaram a interlocução com o parceiro;
- 11 indicaram o apoio institucional;
- 4 citaram a compreensão das características das instituições parceiras.

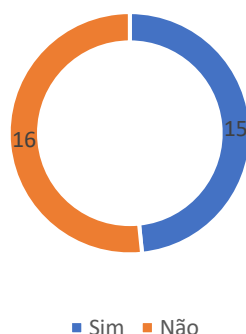
4.3 Mobilidade

Em linhas gerais, a mobilidade acadêmica internacional é o mecanismo que permite que um indivíduo cumpra atividades durante um período determinado, em uma instituição de ensino distinta da sua, no exterior. As atividades podem ser vinculadas ao ensino, a pesquisa, a extensão e ao intercâmbio cultural, por exemplo.

4.3.1 Recurso institucional para mobilidade

Dentre as instituições respondentes 16 afirmam possuir recurso institucional para mobilidade enquanto as outras 15 não possuem.

Número de instituições da RFEPCT com programas de mobilidade

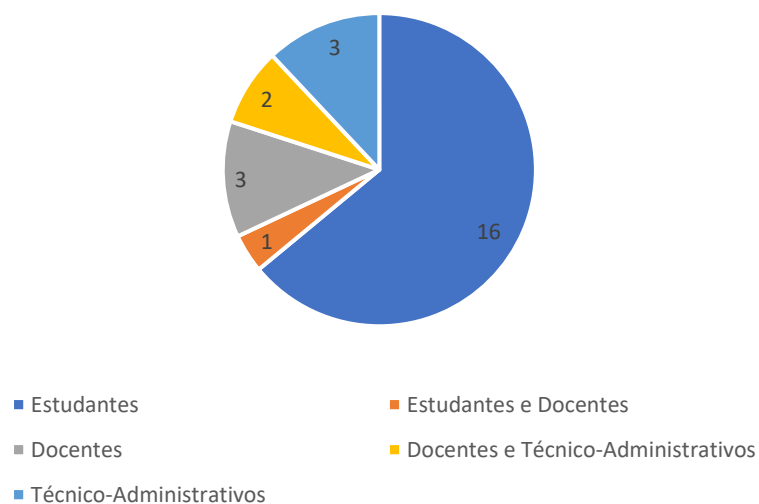


No que diz respeito ao valor disponível, os intervalos estão descritos abaixo:

Valor	Número de instituições
Até R\$ 50.000,00	3 instituições
De R\$ 51.000,00 a R\$ 1000.000,00	2 instituições
De R\$ 101.000,00 a R\$ 150.000,00	3 instituições
De R\$ 151.000,00 a R\$ 200.000,00:	2 instituições
Mais de R\$ 200.000,00	6 instituições

Além disso, nota-se o predomínio de programas de mobilidade voltados exclusivamente para estudantes. Apesar disso, é importante notar que já existem, ainda que em poucas instituições, programas voltados para o atendimento dos servidores técnico-administrativos, que muitas vezes são negligenciados em ações de internacionalização.

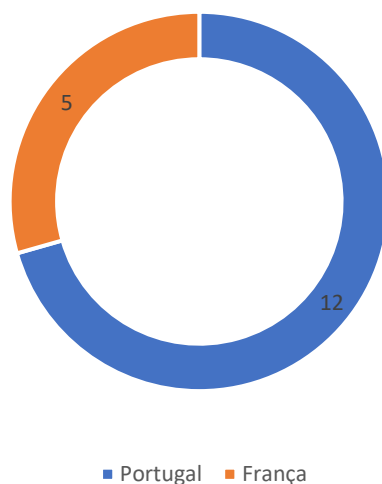
Programas de mobilidade das instituições da RFEPCT por público atendido



4.4 Dupla diplomação

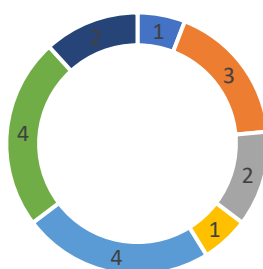
No que diz respeito aos programas de dupla diplomação*, 6 das 31 instituições respondentes contam com experiência com a França ou Portugal.

Cursos que oferecem dupla titulação por país



Dentre as áreas de estudo destacam-se: Engenharia mecânica; engenharia elétrica; engenharia de alimentos; engenharia química; engenharia civil e administração.

Cursos que oferecem dupla titulação por área do conhecimento



- Administração
- Engenharia Civil
- Engenharia de Alimentos
- Engenharia Eletônica
- Engenharia Elétrica
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Química

*Modalidade que viabiliza o aproveitamento de crédito, a partir do convênio/acordo entre uma instituição brasileira e uma instituição parceira, que permite ao estudante receber um diploma da sua instituição de origem e também da instituição em que realizou os estudos no exterior.

4.3 Pesquisa e extensão

4.3.1 Publicações e eventos acadêmicos

Um importante indicador de internacionalização diz respeito ao número de publicações com coautoria estrangeira, bem como o número de publicações em revistas JCR (*Journal Citation Reports*).

Consultadas sobre as publicações em revistas JCR no período que compreende a pesquisa (2017 e 2018), 15 instituições responderam positivamente, enquanto 16 não souberam informar.

No que diz respeito à publicação de artigos com coautoria estrangeira no período que compreende a pesquisa, 15 instituições responderam positivamente, 2 afirmaram que a instituição não publicou artigos em coautoria estrangeira e 14 não souberam informar.

Sobre a participação em eventos acadêmicos internacionais, 18 instituições apoiaram a participação de seus servidores, 3 afirmaram não viabilizar esse tipo de atividade e 10 não souberam informar.

4.3.2 Pesquisa e extensão

Quando consultadas sobre o desenvolvimento de pesquisa ou ação de extensão com parceiros internacionais, tem-se o seguinte quadro:

Questionamento	Número de instituições		
	Sim	Não	Não soube informar
A instituição desenvolve pesquisa com parceiros internacionais?	20	0	11

A instituição desenvolve de pesquisa com financiamento internacional?	10	11	10
A instituição integra algum centro ou rede de pesquisa internacional?	16	2	13
A instituição possui algum projeto de extensão com parceiro internacional	16	7	8
A instituição possui algum projeto de extensão de alcance internacional	16	7	8

4.4 Idiomas

No que diz respeito à política institucional para o ensino de idiomas, o levantamento destaca:

- 19 instituições possuem uma política de idiomas, enquanto as outras 11 não possuem o documento;
- 21 instituições ofertam testes de proficiência, enquanto 10 não dispõem dessa ação. Dentre os testes aplicados foram citados o TOEIC, TOEFL, Celu e DELF/DALF.
- Sobre a oferta de cursos de idiomas na grade curricular:
 - ✓ 30 instituições ofertam a disciplina de inglês;
 - ✓ 28 instituições ofertam a disciplina de espanhol;
 - ✓ 4 instituições ofertam a disciplina de francês;
 - ✓ 11 instituições ofertam a disciplina de libras
- Para além da oferta na grade curricular, 20 instituições afirmaram contar com um centro de idiomas, enquanto 11 não contam com a estrutura. Das instituições que contam com centro de idiomas:
 - ✓ 18 ofertam cursos de inglês;
 - ✓ 17 ofertam cursos de espanhol;
 - ✓ 10 ofertam cursos de francês;
 - ✓ 9 ofertam o curso de português como língua adicional;
 - ✓ 11 ofertam o curso de libras;
 - ✓ As ofertas são dirigidas a estudantes, servidores e em algumas situações, para a comunidade externa.
- Sobre a oferta de cursos de idiomas em nível de licenciatura:
 - ✓ 13 instituições afirmaram dispor da oferta;
 - ✓ 8 ofertam a licenciatura em língua inglesa;
 - ✓ 6 ofertam a licenciatura em língua espanhola;
 - ✓ 3 ofertam a licenciatura em libras;
 - ✓ Rotary Club

4.5 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os ODS foram adotados por todos os Estados-membro da ONU, em 2015, como parte de um esforço para combater a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Mais do que enunciados, os ODS oferecem orientações claras e metas, que são adequadas pelos países, conforme suas prioridades e seus desafios.

Desde dezembro de 2016, o CONIF é centro representante da UNESCO-UNEVOC no Brasil. Desse modo, atua na disseminação de informações e boas práticas relacionadas aos ODS para toda a comunidade da Rede Federal.

Além disso e compreendendo a Rede Federal como um importante agente de transformação, entende-se relevante sistematizar as iniciativas implementadas na Rede para alcance dos ODS, a fim de que possamos promovê-las juntos aos parceiros internacionais.

O levantamento realizado pelo Conif compreendeu a familiaridade da assessoria internacional com o tema, bem como as práticas implementadas.

- No que diz respeito a familiaridade com o tema, 21 assessores/diretores/coordenadores de relações internacionais responderam que conhecem a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, enquanto 10 afirmaram desconhecer a Agenda;
- Sobre o acesso da comunidade acadêmica às informações sobre a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, 11 assessores/diretores/coordenadores de relações internacionais responderam positivamente, 8 responderam negativamente e 12 não souberam informar;
- Sobre a abordagem/consideração dos ODS na elaboração do PDI, 14 instituições responderam positivamente, 3 responderam negativamente e 13 não souberam informar;

No que diz respeito às boas práticas, as instituições respondentes não enviaram as informações.

Referência bibliográfica

De Wit, H., Hunter F., Howard L., Egron-Polak E. (Eds.) (2015) "Internationalization of Higher Education", European Parliament, Brussels: EU